



CAIEIRAS-SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS -
SÃO PAULO - SP**

Auxiliar Administrativo

CONCURSO PÚBLICO 01/2024

**CÓD: OP-029DZ-24
7908403565580**

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos; Sentido próprio e figurado das palavras (Figuras de Linguagem).....	14
3. Pontuação	17
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: cargo e sentido que imprimem às relações que estabelecem	18
5. Concordância verbal e nominal	24
6. Regência verbal e nominal.....	26
7. Colocação pronominal	27
8. Crase	29
9. Processo de formação das palavras	29
10. Coesão	30
11. Ortografia.....	31

Matemática E Raciocínio Lógico

1. Operações com números reais	41
2. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum	42
3. Razão e proporção	43
4. Porcentagem.....	44
5. Regra de três simples e composta	46
6. Média aritmética simples e ponderada	47
7. Juro simples	48
8. Sistema de equações do 1º grau.....	48
9. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	50
10. Sistemas de medidas usuais	52
11. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	53
12. Resolução de situações-problema	62
13. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações	63
14. Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição	65
15. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências	66

Noções de Informática

1. MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos	69
2. MS-Office atualizado: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....	71

3. MS-Excel atualizado: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, cargos e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.....	88
4. MS-PowerPoint atualizado: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.....	99
5. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	105
6. Internet: navegação internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas	106

Noções de Direito Administrativo

1. Servidores públicos: Conceito, classificação e regime jurídico; Remuneração dos servidores públicos; Acessibilidade aos cargos públicos; Concurso público; Processo seletivo público; Contratação temporária; Terceirização; Cargos públicos; Estágio probatório; Estabilidade; Provisão; Remoção; Cessão de servidores; Enquadramento; Redistribuição; Deveres e proibições dos servidores públicos.....	115
2. Regime disciplinar dos servidores públicos: Sanções disciplinares.....	121
3. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório.....	124
4. Responsabilidade civil dos servidores públicos	130
5. Atos administrativos: Ato administrativo e fato administrativo ; Conceito, classificação, espécies de ato administrativo; Existência, validade e eficácia do ato administrativo; Elementos e pressupostos; Atributos; Extinção e modificação do ato administrativo; Revogação. Retificação e invalidação;. Convalidação; Efeitos dos vícios	134
6. Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo.....	148
7. Licitações públicas: Lei Federal nº 14.133/2021; Dever de licitar, Princípios da licitação; Modalidades licitatórias; Processo licitatório; Registros cadastrais; Registro de preços; Contratos administrativos: Conceito, natureza jurídica; Peculiaridade e características dos contratos administrativos; Prazo e prorrogação do contrato; Formalidades, instrumento contratual; Eficácia; Extinção	152
8. Serviços públicos: Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade; Serviços de interesse local	224
9. O Arquivo e as Técnicas de Arquivamento	233
10. Classificação da Correspondência; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.....	240
11. Serviço Postal	256
12. Utilização da copiadora.....	264
13. Telefones úteis e de emergência.....	265
14. Livro de registro de correspondência	265

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

Os números reais são um conjunto de números que incluem todos os números racionais e irracionais, cobrindo tanto números inteiros, frações, decimais, positivos e negativos. Eles representam uma extensão dos números naturais e dos números inteiros, possibilitando a expressão de valores mais complexos e precisos. O conjunto dos números reais é denotado por (\mathbb{R}) e é amplamente utilizado na matemática e em várias aplicações práticas.

— Conjunto dos Números Reais e Subconjuntos Importantes

Dentro do conjunto dos números reais, há vários subconjuntos relevantes:

- **Números Naturais** (\mathbb{N}): Representam contagens (1, 2, 3, ...).
- **Números Inteiros** (\mathbb{Z}): Incluem os naturais e seus opostos negativos (... , -2, -1, 0, 1, 2, ...).
- **Números Racionais** (\mathbb{Q}): Incluem todos os números que podem ser expressos como uma fração $(\frac{a}{b})$, onde (a) e (b) são inteiros e $(b \neq 0)$.
- **Números Irracionais**: São números que não podem ser expressos como frações, como $(\sqrt{2})$ e (π) , possuindo uma expansão decimal infinita e não periódica.

— Importância do Estudo das Operações com Números Reais

Estudar as operações com números reais é fundamental, pois esses números formam a base da aritmética e da álgebra, aplicando-se a praticamente todas as áreas do conhecimento, como física, engenharia e finanças. Com o domínio das operações sobre os números reais, é possível realizar cálculos precisos e modelar fenômenos complexos.

— Principais Operações com Números Reais

— Adição e Subtração de Números Reais

Na adição e subtração, são somados ou subtraídos os valores dos números reais, considerando suas posições na linha numérica. Regras importantes incluem:

- Adição de dois números positivos resulta em um número positivo.
- Adição de dois números negativos resulta em um número negativo.
- Subtração de números pode ser transformada em adição do oposto (exemplo: $(7 - 3 = 7 + (-3) = 4)$).

— Multiplicação e Divisão de Números Reais

Para a multiplicação e divisão, a regra dos sinais é essencial:

- Produto de dois números com o mesmo sinal (positivo ou negativo) é positivo.
- Produto de dois números com sinais opostos é negativo.

- Na divisão, as mesmas regras de sinais se aplicam, desde que o divisor não seja zero, pois a divisão por zero é indefinida.

— Potenciação e Radiciação

A potenciação e a radiciação são operações de repetição de multiplicação e raiz, respectivamente.

- **Potenciação**: Eleva-se um número a uma potência, como $(2^3 = 8)$.

- **Radiciação**: Busca-se a raiz de um número, como $(\sqrt{16} = 4)$.

A radiciação com números reais é válida para raízes pares apenas em números não negativos, enquanto raízes ímpares são definidas para todos os números reais.

— Propriedades das Operações com Números Reais

— Propriedades da Adição e Subtração

Algumas das principais propriedades incluem:

- **Comutativa**: A ordem dos números na adição não altera o resultado $(a + b = b + a)$.

- **Associativa**: Agrupamentos diferentes não mudam o resultado $((a + b) + c = a + (b + c))$.

- **Elemento Neutro**: Na adição, o número 0 é o elemento neutro $(a + 0 = a)$.

— Propriedades da Multiplicação e Divisão

As operações de multiplicação e divisão também possuem propriedades essenciais:

- **Comutativa e Associativa**: Valem para a multiplicação $(a \times b = b \times a)$.

- **Elemento Neutro**: O número 1 é o neutro na multiplicação $(a \times 1 = a)$.

- **Distributiva**: A multiplicação distribui-se sobre a adição $(a \times (b + c) = a \times b + a \times c)$.

— Importância das Propriedades nas Operações

Essas propriedades facilitam simplificações e resoluções de expressões e equações em diversas áreas da matemática. Compreendê-las é essencial para resolver problemas de forma eficiente e para compreender a lógica por trás dos cálculos.

— Operações com Números Reais na Linha Numérica

— Representação de Números Reais na Linha Numérica

A linha numérica é uma representação visual dos números reais, onde cada ponto corresponde a um número específico. Os números à direita são maiores e os à esquerda, menores. Dessa forma, é possível visualizar adições, subtrações e outras operações em uma linha contínua, desde números negativos até positivos.

– **Localização e Comparação de Números Positivos e Negativos**

Na linha numérica, números negativos estão à esquerda de zero e números positivos à direita. Comparações são simples: números mais à direita são maiores que os à esquerda. Exemplo: -2 é menor que 3, pois -2 está à esquerda de 3.

– **Operações na Linha Numérica e suas Aplicações**

Ao visualizar operações, como somar e subtrair, na linha numérica, conseguimos compreender melhor o movimento dos valores. Por exemplo, somar é “andar” para a direita, e subtrair é “andar” para a esquerda. Isso facilita a resolução de problemas, especialmente em cálculos que envolvem valores positivos e negativos.

– **Exemplos Práticos e Aplicações das Operações com Números Reais**

– **Exercícios de Cálculo com Números Reais**

Vamos ver alguns exemplos práticos:

- **Exemplo 1 (Adição):** $5 + (-3) = 2$, pois ao somar -3, “andamos” para a esquerda a partir de 5.

- **Exemplo 2 (Multiplicação):** $(-4) \times 6 = -24$, pois temos um número negativo e um positivo, resultando em um valor negativo.

– **Aplicações das Operações com Números Reais em Problemas Cotidianos**

No dia a dia, operações com números reais são encontradas em situações como cálculos financeiros (lucro e prejuízo), medições de temperatura (valores negativos para temperaturas abaixo de zero) e em deslocamentos (alturas e profundidades).

– **Importância do Domínio das Operações para o Desenvolvimento Matemático**

O domínio das operações com números reais é fundamental para resolver questões mais complexas e entender conceitos avançados, como álgebra e cálculo. Essa base sólida permite resolver problemas com mais confiança e rapidez.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

Múltiplos

Dizemos que um número é múltiplo de outro quando o primeiro é resultado da multiplicação entre o segundo e algum número natural e o segundo, nesse caso, é divisor do primeiro. O que significa que existem dois números, x e y, tal que x é múltiplo de y se existir algum número natural n tal que:

$$x = y \cdot n$$

Se esse número existir, podemos dizer que y é um divisor de x e podemos escrever: $x = n/y$

Observações:

- 1) Todo número natural é múltiplo de si mesmo.
- 2) Todo número natural é múltiplo de 1.

3) Todo número natural, diferente de zero, tem infinitos múltiplos.

4) O zero é múltiplo de qualquer número natural.

5) Os múltiplos do número 2 são chamados de **números pares**, e a fórmula geral desses números é $2k$ ($k \in \mathbb{N}$). Os demais são chamados de **números ímpares**, e a fórmula geral desses números é $2k + 1$ ($k \in \mathbb{N}$).

6) O mesmo se aplica para os números inteiros, tendo $k \in \mathbb{Z}$.

Critérios de divisibilidade

São regras práticas que nos possibilitam dizer se um número é ou não divisível por outro, sem que seja necessário efetuarmos a divisão.

No quadro abaixo temos um resumo de alguns dos critérios:



(Fonte: <https://www.guiadamatematica.com.br/criterios-de-divisibilidade/> - reeditado)

Vale ressaltar a divisibilidade por 7: Um número é divisível por 7 quando o último algarismo do número, multiplicado por 2, subtraído do número sem o algarismo, resulta em um número múltiplo de 7. Neste, o processo será repetido a fim de diminuir a quantidade de algarismos a serem analisados quanto à divisibilidade por 7.

Outros critérios

Divisibilidade por 12: Um número é divisível por 12 quando é divisível por 3 e por 4 ao mesmo tempo.

Divisibilidade por 15: Um número é divisível por 15 quando é divisível por 3 e por 5 ao mesmo tempo.

Fatoração numérica

Trata-se de decompor o número em fatores primos. Para decompor este número natural em fatores primos, dividimos o mesmo pelo seu menor divisor primo, após pegamos o quociente e dividimos o pelo seu menor divisor, e assim sucessivamente até obtermos o quociente 1. O produto de todos os fatores primos representa o número fatorado. Exemplo:

$$\begin{array}{r|l}
 144 & 2 \\
 72 & 2 \\
 36 & 2 \\
 18 & 2 \\
 9 & 3 \\
 3 & 3 \\
 1 & 144 = 2^4 \times 3^2
 \end{array}$$

Divisores

Os divisores de um número n, é o conjunto formado por todos os números que o dividem exatamente. Tomemos como exemplo o número 12.

$$\begin{array}{r|l}
 12 & 1 \\
 0 & 12 \\
 \hline
 12 & 4 \\
 0 & 3
 \end{array}
 \quad
 \begin{array}{r|l}
 12 & 2 \\
 0 & 6 \\
 \hline
 12 & 6 \\
 0 & 2
 \end{array}
 \quad
 \begin{array}{r|l}
 12 & 3 \\
 0 & 4 \\
 \hline
 12 & 12 \\
 0 & 1
 \end{array}$$

Um método para descobrirmos os divisores é através da fatoração numérica. O número de divisores naturais é igual ao produto dos expoentes dos fatores primos acrescidos de 1.

Logo o número de divisores de 12 são:

$$\underbrace{2^2}_{(2+1)} \cdot \underbrace{3^1}_{(1+1)} = (2 + 1) \cdot (1 + 1) = 3 \cdot 2 = 6 \text{ divisores naturais}$$

Para sabermos quais são esses 6 divisores basta pegarmos cada fator da decomposição e seu respectivo expoente natural que varia de zero até o expoente com o qual o fator se apresenta na decomposição do número natural.

$$\begin{aligned}
 12 &= 2^2 \cdot 3^1 = \\
 2^2 &= 2^0, 2^1 \text{ e } 2^2; 3^1 = 3^0 \text{ e } 3^1, \text{ teremos:} \\
 2^0 \cdot 3^0 &= 1 \\
 2^0 \cdot 3^1 &= 3 \\
 2^1 \cdot 3^0 &= 2 \\
 2^1 \cdot 3^1 &= 2 \cdot 3 = 6 \\
 2^2 \cdot 3^1 &= 4 \cdot 3 = 12 \\
 2^2 \cdot 3^0 &= 4
 \end{aligned}$$

O conjunto de divisores de 12 são: D (12)={1, 2, 3, 4, 6, 12}
A soma dos divisores é dada por: 1 + 2 + 3 + 4 + 6 + 12 = 28

Máximo divisor comum (MDC)

É o maior número que é divisor comum de todos os números dados. Para o cálculo do MDC usamos a decomposição em fatores primos. Procedemos da seguinte maneira:

Após decompor em fatores primos, o MDC é o produto dos **FATORES COMUNS** obtidos, cada um deles elevado ao seu **MENOR EXPOENTE**. Exemplo:

$$\text{MDC}(18, 24, 42) =$$

Decomposição de 18	Decomposição de 24	Decomposição de 42
18 2	24 2	42 2
9 3	12 2	21 3
3 3	6 2	7 7
1 2x3x3	3 3	1 2x3x7
↓	↓	↓
2x3 ²	2x2x2x3	2x3x7
	↓	
	2 ³ x3	

Observe que os fatores comuns entre eles são: 2 e 3, então pegamos os de menores expoentes: 2x3 = 6. Logo o Máximo Divisor Comum entre 18,24 e 42 é 6.

Mínimo múltiplo comum (MMC)

É o menor número positivo que é múltiplo comum de todos os números dados. A técnica para acharmos é a mesma do MDC, apenas com a seguinte ressalva:

O MMC é o produto dos **FATORES COMUNS E NÃO-COMUNS**, cada um deles elevado ao **SEU MAIOR EXPOENTE**.

Pegando o exemplo anterior, teríamos:

$$\text{MMC}(18, 24, 42) =$$

Fatores comuns e não-comuns= 2,3 e 7

Com maiores expoentes: 2³x3²x7 = 8x9x7 = 504. Logo o Mínimo Múltiplo Comum entre 18,24 e 42 é 504.

Temos ainda que o produto do MDC e MMC é dado por: **MDC (A,B). MMC (A,B)= A.B**

RAZÃO E PROPORÇÃO

Razão

É uma fração, sendo a e b dois números a sua razão, chama-se *razão de a para b*: **a/b** ou **a:b**, assim representados, sendo b ≠ 0. Temos que:

$$\frac{a}{b} \Leftrightarrow \frac{\text{antecedente}}{\text{consequente}}$$

Exemplo:

(SEPLAN/GO – PERITO CRIMINAL – FUNIVERSA)

Em uma ação policial, foram apreendidos 1 traficante e 150 kg de um produto parecido com maconha. Na análise laboratorial, o perito constatou que o produto apreendido não era maconha pura, isto é, era uma mistura da *Cannabis sativa* com outras ervas. Interrogado, o traficante revelou que, na produção de 5 kg desse produto, ele usava apenas 2 kg da *Cannabis sativa*; o restante era composto por várias "outras ervas". Nesse caso, é correto afirmar que, para fabricar todo o produto apreendido, o traficante usou

- (A) 50 kg de *Cannabis sativa* e 100 kg de outras ervas.
- (B) 55 kg de *Cannabis sativa* e 95 kg de outras ervas.
- (C) 60 kg de *Cannabis sativa* e 90 kg de outras ervas.



(D) 65 kg de *Cannabis sativa* e 85 kg de outras ervas.

(E) 70 kg de *Cannabis sativa* e 80 kg de outras ervas.

Resolução:

O enunciado fornece que a cada 5kg do produto temos que 2kg da *Cannabis sativa* e os demais *outras ervas*. Podemos escrever em forma de razão $\frac{2}{5}$, logo:

$$\frac{2}{5} \cdot 150 = 60\text{kg de Cannabis sativa}$$

$$\therefore 150 - 60 = 90\text{kg de outras ervas}$$

Resposta: C

Razões Especiais

São aquelas que recebem um nome especial. Vejamos algumas:

Velocidade: é razão entre a distância percorrida e o tempo gasto para percorrê-la.

$$V = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

Densidade: é a razão entre a massa de um corpo e o seu volume ocupado por esse corpo.

$$d = \frac{\text{Massa}}{\text{Volume}}$$

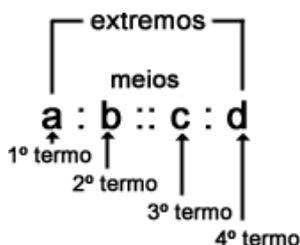
Proporção

É uma igualdade entre duas frações ou duas razões.

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \text{ ou } a : b :: c : d$$

Lemos: a esta para b, assim como c está para d.

Ainda temos:



- Propriedades da Proporção

– Propriedade Fundamental: o produto dos meios é igual ao produto dos extremos:

$$a \cdot d = b \cdot c$$

– A soma/diferença dos dois primeiros termos está para o primeiro (ou para o segundo termo), assim como a soma/diferença dos dois últimos está para o terceiro (ou para o quarto termo).

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a+b}{a} = \frac{c+d}{c} \text{ ou } \frac{a+b}{b} = \frac{c+d}{d}$$

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a-b}{a} = \frac{c-d}{c} \text{ ou } \frac{a-b}{b} = \frac{c-d}{d}$$

– A soma/diferença dos antecedentes está para a soma/diferença dos consequentes, assim como cada antecedente está para o seu consequente.

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a+c}{b+d} = \frac{a}{b} \text{ ou } \frac{a+c}{b+d} = \frac{c}{d}$$

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a-c}{b-d} = \frac{a}{b} \text{ ou } \frac{a-c}{b-d} = \frac{c}{d}$$

Exemplo:

(MP/SP – AUXILIAR DE PROMOTORIA I – ADMINISTRATIVO – VUNESP)

A medida do comprimento de um salão retangular está para a medida de sua largura assim como 4 está para 3. No piso desse salão, foram colocados somente ladrilhos quadrados inteiros, revestindo-o totalmente. Se cada fileira de ladrilhos, no sentido do comprimento do piso, recebeu 28 ladrilhos, então o número mínimo de ladrilhos necessários para revestir totalmente esse piso foi igual a

- (A) 588.
- (B) 350.
- (C) 454.
- (D) 476.
- (E) 382.

Resolução:

$$\frac{C}{L} = \frac{4}{3}, \text{ que fica } 4L = 3C$$

Fazendo C = 28 e substituindo na proporção, temos:

$$\frac{28}{L} = \frac{4}{3}$$

$$4L = 28 \cdot 3$$

$$L = 84 / 4$$

$$L = 21 \text{ ladrilhos}$$

Assim, o total de ladrilhos foi de $28 \cdot 21 = 588$

Resposta: A

PORCENTAGEM

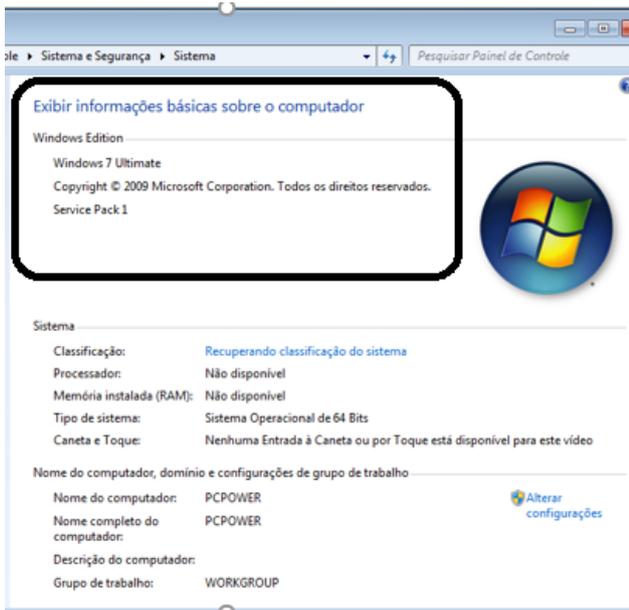
São chamadas de *razões centesimais* ou *taxas percentuais* ou simplesmente de *porcentagem*, as razões de denominador 100, ou seja, que representam a centésima parte de uma grandeza. Costumam ser indicadas pelo numerador seguido do símbolo %. (Lê-se: “por cento”).

$$\frac{x}{100} = x \%$$



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-WINDOWS 7: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS



Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome "pasta" ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



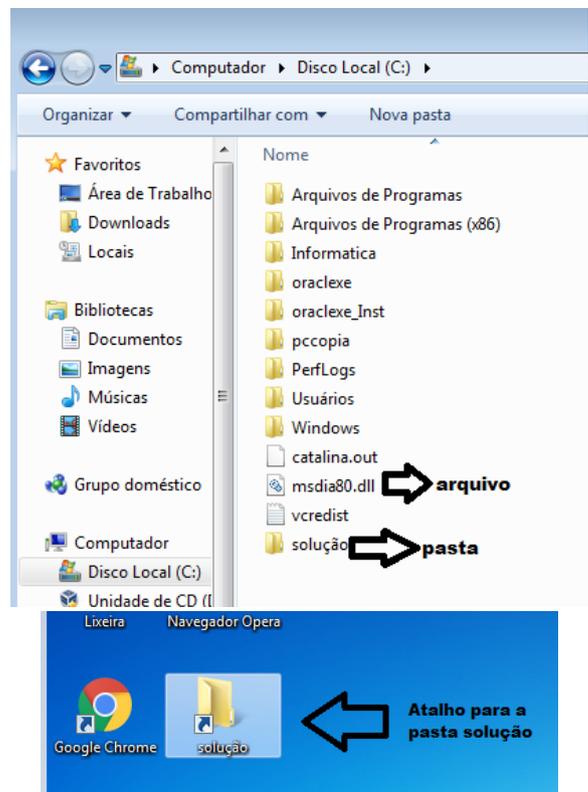
No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.

- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho do Windows 7



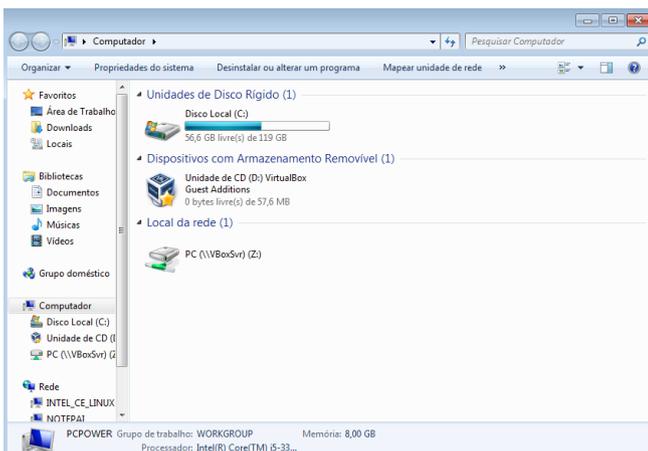
Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Uso dos menus



Programas e aplicativos

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

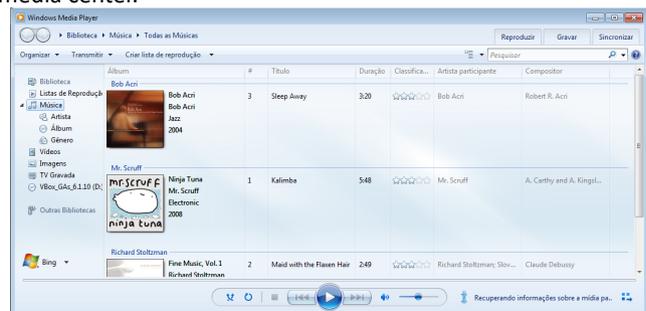
Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela, simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

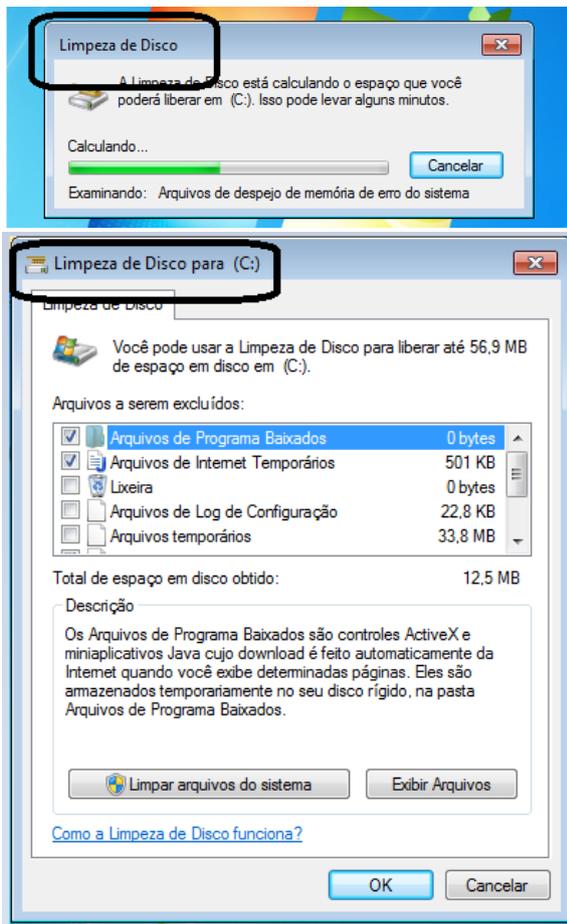
Música e Vídeo

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

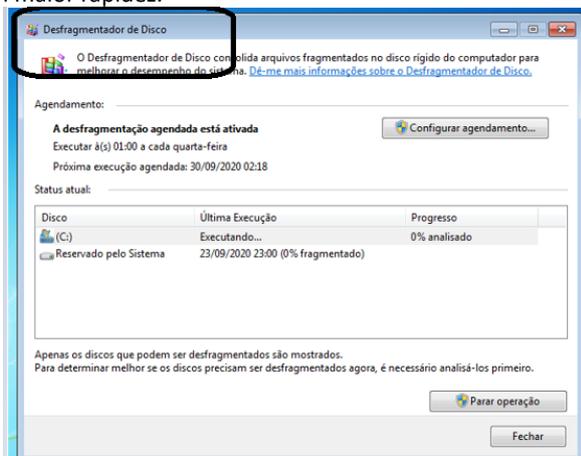


Ferramentas do sistema

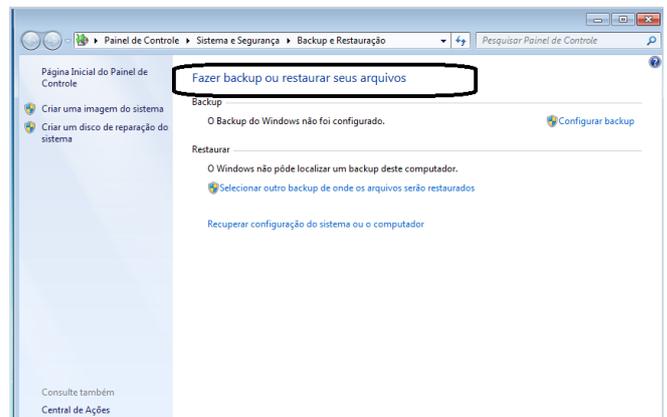
- A **limpeza de disco** é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



- O **desfragmentador de disco** é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

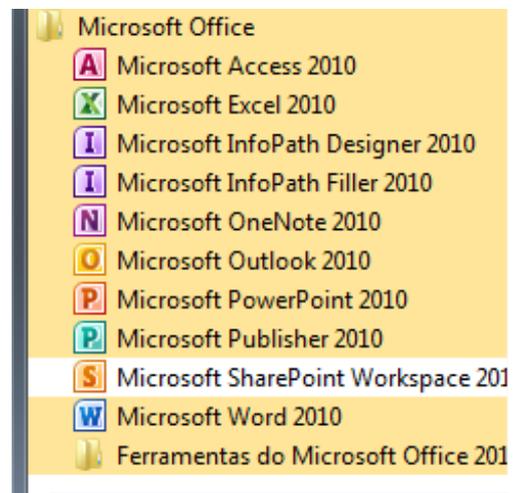


- O **recurso de backup** e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.



MS-OFFICE ATUALIZADO: ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS, TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO

Microsoft Office



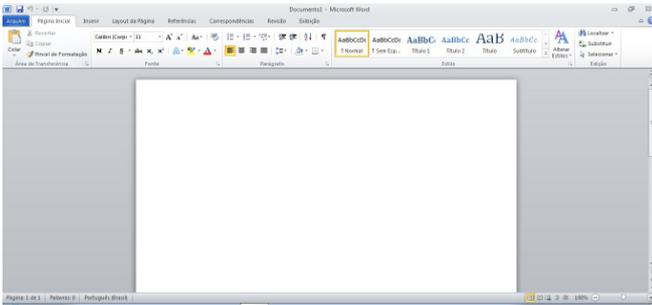
O Microsoft Office é um conjunto de aplicativos essenciais para uso pessoal e comercial, ele conta com diversas ferramentas, mas em geral são utilizadas e cobradas em provas o Editor de Textos – Word, o Editor de Planilhas – Excel, e o Editor de Apresentações – PowerPoint. A seguir verificamos sua utilização mais comum:

Word

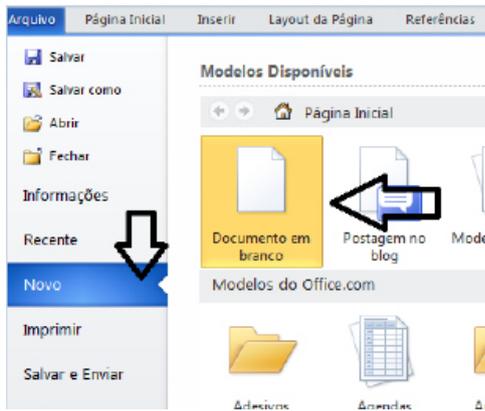
O Word é um editor de textos amplamente utilizado. Com ele podemos redigir cartas, comunicações, livros, apostilas, etc. Vamos então apresentar suas principais funcionalidades.

- Área de trabalho do Word

Nesta área podemos digitar nosso texto e formata-lo de acordo com a necessidade.



- Iniciando um novo documento



A partir deste botão retornamos para a área de trabalho do Word, onde podemos digitar nossos textos e aplicar as formatações desejadas.

- Alinhamentos

Ao digitar um texto, frequentemente temos que alinhá-lo para atender às necessidades. Na tabela a seguir, verificamos os alinhamentos automáticos disponíveis na plataforma do Word.

GUIA PÁGINA INICIAL	ALINHAMENTO	TECLA DE ATALHO
	Justificar (arruma a direita e a esquerda de acordo com a margem)	Ctrl + J
	Alinhamento à direita	Ctrl + G
	Centralizar o texto	Ctrl + E
	Alinhamento à esquerda	Ctrl + Q

- Formatação de letras (Tipos e Tamanho)

Presente em *Fonte*, na área de ferramentas no topo da área de trabalho, é neste menu que podemos formatar os aspectos básicos de nosso texto. Bem como: tipo de fonte, tamanho (ou pontuação), se será maiúscula ou minúscula e outros itens nos recursos automáticos.



GUIA PÁGINA INICIAL	FUNÇÃO
	Tipo de letra
	Tamanho
	Aumenta / diminui tamanho
	Recursos automáticos de caixa-altas e baixas
	Limpa a formatação

- Marcadores

Muitas vezes queremos organizar um texto em tópicos da seguinte forma:

- **Item 1**
- **Item 2**
- **Item 2**

Podemos então utilizar na página inicial os botões para operar diferentes tipos de marcadores automáticos:



- Outros Recursos interessantes:

GUIA	ÍCONE	FUNÇÃO
Página inicial		- Mudar Forma - Mudar cor de Fundo - Mudar cor do texto
Inserir		- Inserir Tabelas - Inserir Imagens

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SERVIDORES PÚBLICOS: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E REGIME JURÍDICO; REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS; ACESSIBILIDADE AOS CARGOS PÚBLICOS; CONCURSO PÚBLICO; PROCESSO SELETIVO PÚBLICO; CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA; TERCEIRIZAÇÃO; CARGOS PÚBLICOS; ESTÁGIO PROBATÓRIO; ESTABILIDADE; PROVIMENTO; REMOÇÃO; CESSÃO DE SERVIDORES; ENQUADRAMENTO; REDISTRIBUIÇÃO; DEVERES E PROIBIÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Classificação e Regime Jurídico dos Servidores Públicos

O serviço público brasileiro é estruturado de forma a atender às necessidades coletivas e aos princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os servidores públicos são atores fundamentais nesse processo, desempenhando suas funções em conformidade com o regime jurídico que regula seus direitos, deveres e responsabilidades.

► Classificação dos Servidores Públicos

Os servidores públicos podem ser classificados de acordo com critérios como vínculo, natureza do cargo e esfera administrativa. Abaixo estão as principais categorias:

Por Vínculo Jurídico:

Servidores Estatutários:

- Regidos por um estatuto próprio, como a Lei 8.112/1990, no caso dos servidores federais.
- A relação é de natureza administrativa, e os direitos e deveres são estabelecidos por lei.
- Exemplos: funcionários públicos em carreiras típicas de Estado, como diplomatas e auditores fiscais.

Empregados Públicos:

- Contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- Trabalham em empresas públicas e sociedades de economia mista, como Caixa Econômica Federal e Petrobrás.
- O vínculo é celetista, mas sujeito a peculiaridades do serviço público, como exigência de concurso.

Servidores Temporários:

- Contratados para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público.
- Regidos por legislação específica, geralmente sem estabilidade ou benefícios típicos dos estatutários.
- Exemplos: agentes censitários do IBGE.

Por Natureza do Cargo:

Cargos Efetivos:

- Providos por concurso público.
- Garantem estabilidade após o estágio probatório.
- Exemplos: professores e técnicos administrativos.

Cargos em Comissão:

- De livre nomeação e exoneração.
- Destinados a funções de direção, chefia e assessoramento.
- Não há estabilidade, mas é necessário observar a proporcionalidade mínima de servidores efetivos.

Por Esfera Administrativa:

Servidores Federais:

- Atuam em órgãos da administração direta e indireta da União.
- Regidos pela Lei 8.112/1990 ou legislação específica.

Servidores Estaduais:

- Vinculados aos governos estaduais.
- Regidos por estatutos estaduais, como a Lei 10.261/1968 (Estado de São Paulo).

Servidores Municipais:

- Empregados pelas prefeituras, sob regras municipais.

► Regime Jurídico dos Servidores Públicos

O regime jurídico define os parâmetros legais que norteiam a relação entre o servidor e o Estado. No Brasil, há dois principais regimes:

Regime Jurídico Único (RJU):

- Estabelecido pela Constituição de 1988, determina que servidores ocupantes de cargos efetivos sejam regidos por um único estatuto.

Exemplos:

- Direitos: estabilidade, aposentadoria especial, progressão funcional.
- Deveres: eficiência, probidade e obediência às normas legais.

Regime Celetista:

- Aplicado aos empregados públicos.
- Segue os preceitos da CLT, mas com adaptações específicas do serviço público.
- Não há estabilidade, e as condições de trabalho são semelhantes às da iniciativa privada.

► Principais Diferenças entre os Regimes

Aspecto	RJU (Regime Jurídico Único)	Celetista
Vínculo Jurídico	Lei específica (ex.: Lei 8.112)	Contrato regido pela CLT
Estabilidade	Sim, após estágio probatório	Não
Previdência	Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	Regime Geral de Previdência Social (RGPS)
Demissão	Apenas por processo administrativo ou judicial	Sem estabilidade legal
Progressão Funcional	Prevista em estatuto específico	Depende de acordo coletivo
Benefícios	Personalizados conforme estatuto	Segue regras da CLT

A classificação e o regime jurídico dos servidores públicos são ferramentas essenciais para garantir uma administração pública eficiente, justa e adaptada às demandas sociais. Entender essas diferenças é crucial para quem almeja ingressar no serviço público, permitindo uma visão clara sobre as oportunidades e responsabilidades associadas a cada tipo de vínculo.

Remuneração e Estrutura Salarial dos Servidores Públicos

A remuneração dos servidores públicos no Brasil segue critérios específicos previstos em lei, respeitando os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e transparência. A estrutura salarial é composta por diferentes parcelas, abrangendo vencimentos básicos, vantagens, gratificações e adicionais.

► Estrutura da Remuneração

A remuneração dos servidores públicos pode ser composta por diversas parcelas, que incluem:

Vencimento Básico:

- É o valor inicial pago ao servidor pelo exercício do cargo.
- Previsto na tabela de vencimentos de cada carreira pública.
- Não inclui vantagens ou adicionais.

Vantagens:

São parcelas que se somam ao vencimento básico, podendo ser permanentes ou transitórias:

Gratificações:

- Pagamentos adicionais condicionados a fatores como desempenho, tempo de serviço ou funções específicas.
- **Exemplos:** gratificação de desempenho e gratificação natalina (13º salário).

Adicionais:

- Valor pago em razão de condições especiais de trabalho.
- **Exemplos:** adicional por insalubridade, adicional noturno, e adicional por tempo de serviço.

Indenizações:

- Valores pagos para ressarcir despesas relacionadas ao exercício da função.
- **Exemplos:** auxílio-alimentação, auxílio-transporte e diárias.

► Remuneração x Subsídio

Remuneração:

- Soma do vencimento básico e das vantagens pecuniárias.
- Aplicável à maioria dos cargos efetivos.

Subsídio:

- Pagamento fixado em parcela única, vedada a acumulação com outras vantagens, salvo exceções previstas em lei.
- Aplicável a carreiras como magistrados, membros do Ministério Público e agentes políticos.

► Limites Constitucionais para a Remuneração

A remuneração dos servidores públicos está sujeita a tetos constitucionais, conforme o Art. 37 da Constituição Federal:

Teto Remuneratório:

Nenhum servidor pode receber mais do que o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Subtetos:

- **Servidores Federais:** limite igual ao subsídio dos Ministros do STF.

Servidores Estaduais e Municipais:

- **Poder Executivo:** subsídio do Governador.
- **Poder Legislativo:** subsídio dos Deputados Estaduais ou Vereadores, conforme o caso.
- **Poder Judiciário:** subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

► Particularidades da Remuneração

Progressão Salarial:

A progressão ocorre por meio de promoções previstas no plano de carreira. Baseada em critérios como antiguidade, mérito ou capacitação profissional.

Benefícios Previdenciários:

- O cálculo da aposentadoria é vinculado ao regime de previdência:
 - **RPPS (Regime Próprio):** depende do último salário ou média contributiva.
 - **RGPS (Regime Geral):** limitado ao teto do INSS.



► **Diferenças entre Remuneração do Setor Público e Privado**

Aspecto	Setor Público	Setor Privado
Teto Salarial	Fixo, com base constitucional	Não há limite definido
Benefícios	Estatutários e garantidos por lei	Variam por acordo coletivo
Estabilidade	Após estágio probatório	Não aplicável
Adicionais	Previstos em estatuto	Dependem de convenções coletivas

A remuneração dos servidores públicos é uma questão sensível e regulada de forma rigorosa pela legislação brasileira. Compreender sua estrutura permite ao servidor não apenas conhecer seus direitos, mas também planejar melhor sua trajetória profissional. Além disso, para os concurseiros, é essencial dominar este tema, frequentemente cobrado em provas e casos práticos de concursos públicos.

ACESSIBILIDADE AOS CARGOS PÚBLICOS E CONCURSO PÚBLICO

O acesso aos cargos públicos no Brasil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece critérios como igualdade de condições, mérito e acessibilidade universal.

► **Acessibilidade aos Cargos Públicos**

Princípios Constitucionais:

- **Igualdade:** Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos cargos públicos, independentemente de raça, gênero, religião ou condição econômica.
- **Universalidade:** Garantia de que pessoas com deficiência (PcD) e outros grupos vulneráveis possam participar do processo seletivo com igualdade de condições.

Requisitos Básicos:

Para assumir um cargo público, é necessário atender aos seguintes critérios:

- **Nacionalidade:** Ser brasileiro nato ou naturalizado (estrangeiros em casos específicos, como professores e cientistas).
- **Idade:** Ter, no mínimo, 18 anos na posse do cargo.
- **Escolaridade:** Cumprir o nível exigido para o cargo (ensino fundamental, médio ou superior).
- **Quitação Eleitoral e Militar:** Apresentar comprovantes de regularidade.
- **Aptidão Física e Mental:** Comprovada por exames médicos.

► **Reserva de Vagas:**

A acessibilidade é reforçada pela reserva de vagas em concursos públicos:

Pessoas com Deficiência (PcD):

- Constituição Federal e Lei nº 8.112/1990 preveem reserva de até 20% das vagas.
- Avaliação de compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.

Cotas Raciais:

- Lei nº 12.990/2014 determina a reserva de 20% das vagas para candidatos negros.
- Aplicável em concursos públicos federais e em algumas legislações estaduais e municipais.

► **Concurso Público**

Natureza do Concurso Público:

O concurso público é o principal instrumento para ingresso no serviço público, seguindo os princípios de impessoalidade e eficiência.

Modalidades:

Provas ou Provas e Títulos:

- Provas objetivas (questões de múltipla escolha ou discursivas).
- Provas de títulos (análise de experiência acadêmica ou profissional).

Concurso Interno:

- Exclusivo para servidores que buscam ascensão em carreiras públicas.

► **Etapas do Concurso Público**

- **Edital:** Documento que regulamenta o concurso, contendo informações sobre cargos, número de vagas, etapas e conteúdo programático.
- **Inscrição:** Processo eletrônico ou presencial, com taxas moderadas e isenção para candidatos de baixa renda.
- **Provas:** Avaliação teórica, prática ou ambas, conforme o cargo.
- **Classificação e Nomeação:** Lista de aprovados e convocação dentro do prazo de validade do concurso.

Validade e Prazo:

- O concurso público tem validade de até dois anos, prorrogável por igual período, a critério da administração.

► **Particularidades sobre Inclusão e Acessibilidade**

Acessibilidade nos Concursos:

- Provas adaptadas para PcD (ex.: provas em braile, intérpretes de Libras).
- Locais de prova acessíveis e tempo adicional, quando necessário.

Desafios:

- Fiscalização deficiente na garantia da inclusão.
- Compatibilização limitada entre cargos e deficiências específicas.

► **Diferenças entre Provas de Concurso e Processo Seletivo**

Aspecto	Concurso Público	Processo Seletivo Público
Objetivo	Contratação para cargos efetivos	Contratação temporária
Validade	Até 2 anos, prorrogável	Temporária, conforme necessidade
Etapas	Provas objetivas, discursivas e/ou títulos	Geralmente provas objetivas ou análises curriculares
Estabilidade	Garantida após estágio probatório	Não há estabilidade

A acessibilidade aos cargos públicos e os concursos representam instrumentos democráticos de ingresso no serviço público, refletindo os princípios de igualdade e meritocracia. Para o candidato, compreender as regras que regem esses processos é fundamental para uma preparação eficiente e para superar eventuais barreiras de inclusão.

MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

O ingresso no serviço público brasileiro pode ocorrer por diferentes modalidades de contratação, cada uma com características específicas, reguladas por legislações próprias. Entender essas modalidades é essencial para candidatos que desejam ingressar na administração pública, pois elas determinam o tipo de vínculo, os direitos e os deveres do contratado.

► **Cargos Efetivos e em Comissão**

Cargos Efetivos:

- **Acesso:** Exclusivo por concurso público, conforme o artigo 37 da Constituição Federal.

- **Finalidade:** Atender às necessidades permanentes da administração pública.

Características:

- Estabilidade após estágio probatório (3 anos).
- Regidos por estatuto, como a Lei 8.112/1990 para servidores federais.

Cargos em Comissão:

- **Acesso:** Nomeação direta, sem concurso público.
- **Finalidade:** Funções de direção, chefia e assessoramento.
- **Características:**
 - De livre nomeação e exoneração.
 - Não garantem estabilidade.
 - Proporção mínima deve ser ocupada por servidores efetivos.

► **Contratação Temporária**

Base Legal:

- Regida pelo artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e leis específicas, como a Lei nº 8.745/1993 no âmbito federal.
- Permite a contratação por prazo determinado para atender necessidades excepcionais.

Características

- **Motivação:** Emergências ou demandas temporárias, como epidemias, censos ou calamidades públicas.
- **Processo Seletivo:** Geralmente simplificado, com edital público.
- **Direitos:**
 - Remuneração compatível com o mercado ou com o cargo exercido.
 - Não há estabilidade nem vínculo permanente.

Exemplos Práticos

- Agentes censitários do IBGE.
- Contratações emergenciais na saúde pública.

► **Terceirização no Serviço Público**

Base Legal:

Amparada pela Lei nº 13.429/2017 e reforçada pelo Decreto nº 9.507/2018, que regulamenta a terceirização no âmbito público.

Características:

- **Funções:** Limitada a atividades-meio (ex.: limpeza, segurança e manutenção).
- **Forma de Contratação:** Realizada por meio de empresas privadas especializadas.

Vantagens:

- Flexibilidade na gestão de pessoal.
- Redução de custos administrativos.

Limitações:

- Não pode ser usada para cargos ou atividades finalísticas.
- O vínculo é entre o trabalhador e a empresa contratada, não com o órgão público.

► **Contratação por Processo Seletivo Público**

Diferença em Relação ao Concurso Público:

- Mais simplificado e focado em demandas temporárias.
- Pode envolver apenas análise de currículo ou provas específicas.

Exemplos:

- Programas como o Mais Médicos.
- Contratações emergenciais no ensino público.

► **Comparação entre Modalidades de Contratação**

Aspecto	Efetivo	Temporário	Terceirizado	Comissionado
Forma de Acesso	Concurso público	Processo seletivo	Contrato privado	Nomeação direta
Estabilidade	Sim, após estágio	Não	Não	Não

